

ESTUDOS  
*Sociedade e Agricultura*

Estudos Sociedade e Agricultura

E-ISSN: 2526-7752

estudoscpda@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro  
Brasil

Lopes Xavier, Glauber

“Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos  
Deputados (2009-2014)

Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 23, núm. 1, abril-septiembre, 2015, pp. 131-165

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964679006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

*“Senhores da Lei, Donos da Terra”: o  
arauto da bancada ruralista na Câmara  
dos Deputados (2009-2014)<sup>2</sup>*

**Breve introdução**

O objetivo do artigo em questão é, com base nos discursos de Ronaldo Caiado na Câmara dos Deputados, apreender uma das vozes da Bancada Ruralista<sup>3</sup> na representação dos interesses das elites agrárias<sup>4</sup>. No limite, não obstante a coexistência de múltiplas representações e estratégias ideológicas, o intento é apreender a permanência de traços de classe que marcam o patronato rural brasileiro, quais sejam a violência, o autoritarismo e o conservadorismo, conforme apontou Bruno (1997, p. 79) em artigo sobre a União Democrática Ruralista (UDR), sua ideologia e representação: “[...] a UDR e Ronaldo Caiado expressam de uma forma exemplar os mecanismos de dominação de classe da grande propriedade fundiária, o conservadorismo das elites agrárias e o autoritarismo retrógrado da política brasileira”.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás UFG (2013). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2010). E-mail: glauber.xavier@ueg.br.

<sup>2</sup> O presente artigo resultou de pesquisa desenvolvida durante estágio pós-doutoral realizado entre setembro e dezembro de 2014 no CPDA/UFRRJ, sob a supervisão da profa. Dra. Regina Ângela Landim Bruno. Sua elaboração foi possível, ademais, graças ao Programa de Bolsa de Incentivo ao Pesquisador (ProbiP) da Universidade Estadual de Goiás.

<sup>3</sup> Trata-se de Frente Parlamentar da Agropecuária, a qual é popularmente conhecida como “Bancada Ruralista”. Na 54ª Legislatura (2011-2015) integram a Bancada Ruralista 191 deputados federais.

<sup>4</sup> Decidiu-se empregar a terminologia “elites agrárias” a fim de se reportar ao patronato rural, às elites agroindustriais e às elites do agronegócio brasileiras.

Assim, recorrer aos discursos do parlamentar é um caminho para se cotejar a persistência desses elementos conformadores do *habitus*<sup>5</sup> de classe, considerando, por outro lado, as ambivalências que são constitutivas do rural brasileiro. Entende-se que estas ambivalências existem sob múltiplos aspectos, porém, o monopólio da terra é o elemento que desfaz as diferenças no âmbito das classes dominantes rurais, de sorte que, com base nesta análise, é possível se compreender porque a retórica das elites agrárias se esteia, em grande medida, nos argumentos levados a cabo por Ronaldo Caiado. Seu discurso se mantém atual porque de algum modo “[...] contribui para a construção de identidades comuns, consolida alianças, neutraliza diferenças, divergências e contradições existentes entre setores [...]” (BRUNO, 2009, p. 215).

Destarte, *mutatis mutandis* a retórica de classe se apresenta coerente com sua prática, pois que se institui enquanto um demarcador de interesses de um grupo social, de um “nós”<sup>6</sup>. Com efeito, o “nós” refere-se aos ruralistas, empresários agroindustriais, do agronegócio, cuja conformação da classe perpassa interesses múltiplos e difusos, como os interesses do capital financeiro e industrial, mas que se unifica no tocante ao monopólio da terra. Ademais, cumpre ter em conta que esse “nós” trata-se de uma configuração<sup>7</sup>, a configuração de um *habitus* de classe, *habitus* das elites agrárias brasileiras, que tem, na propriedade da terra, seu elemento axial. Ao tratar desse *habitus*, Bruno (2009, p. 216) elucida que:

“De uma outra perspectiva, diria que nossa formação brasileira - calcada na grande propriedade fundiária e na escravidão, e inserida em uma configuração cujo traço consistiu em

---

<sup>5</sup> Sobre a gênese do conceito de *habitus*, Bourdieu (2012, p. 61) aponta que: “[...] eu desejava pôr em evidência as capacidades ‘criadoras’, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra *hábito* não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana [...] mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o ‘primado da razão prática’ [...]”.

<sup>6</sup> Segundo Elias (2011, p. 135): “Os pronomes pessoais são no seu conjunto uma expressão elementar do fato de que cada um se relaciona fundamentalmente com os outros e de que cada ser humano individual é essencialmente um ser social.”

<sup>7</sup> Configuração aqui entendida na perspectiva colocada por Elias (2011, p. 141): “O conceito de configuração serve portanto de simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o <indivíduo> e a <sociedade> fossem antagônicos e diferentes.”

um modo de colonização predador e concentrador - muito contribuiu para o florescimento de um *habitus* nacional em que a propriedade da terra assume inúmeros significados realimentadores e complementares: desponta como sinônimo de prestígio e expressão de poder; funciona como porta de acesso a mais e mais privilégios, é símbolo de reconhecimento e de hombridade, além, é claro de meio de produção e de especulação. E, quanto mais concentrada e mais monopolizada, maior o poder”.

Os conceitos de *habitus* e de *configuração* permitem compreender, ainda, as redes de sociabilidade no âmbito da Bancada Ruralista. “Redes concebidas como teias de interdependências. Como processos sociais direta ou indiretamente ligados à ação coletiva” (BRUNO, 2009, p. 16). No trabalho em questão, a análise de tal rede será centrada na biografia de Ronaldo Caiado, conforme consta da página oficial da Câmara dos Deputados. A própria tessitura destas redes aponta para a complexidade da composição da Bancada, uma vez que seus integrantes, além de pertencerem a vários partidos, atuam em diversas comissões permanentes, ou não, da Câmara e se apresentam como profissionais que atuam em variadas atividades e setores. Há, contudo, aspectos comuns a esses parlamentares, como a participação expressiva na Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e em comissões especiais ligadas à agroindústria e ao agronegócio (BRUNO, 2009). Isto permite visualizar nuances bem demarcadas no mosaico que compõe a atuação da Bancada Ruralista.

Com base no estudo de Bruno (2009)<sup>8</sup>, no qual são apontadas três principais redes de sociabilidade (rede política, rede de atividades profissionais e rede social ou “societal”), é que se empreende a análise da biografia de Ronaldo Caiado num primeiro momento para, em seguida, devotar as reflexões à análise dos discursos proferidos pelo parlamentar entre os anos de 2009 e 2014, portanto durante a 53<sup>a</sup> (2007-2010) e 54<sup>a</sup> (2011-2014) Legislaturas. Entre 2 de janeiro de 2009 e 5 de agosto de 2014 Ronaldo Caiado realizou 986 pronunciamentos sobre os mais variados temas. Por meio da consulta a estes pronuncia-

---

<sup>8</sup> Em seu estudo sobre as redes de sociabilidade no âmbito da Bancada Ruralista do Congresso Nacional durante a Legislatura 2007-2011, Bruno ancorou suas reflexões a partir eminentemente das contribuições de Elias. Ver: Elias, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 2011.

mentos, coletados na página da Câmara dos Deputados, procedeu-se à seleção de 18 discursos emblemáticos no tocante à questão agrária, especialmente a luta pela reforma agrária por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o MST. Foi com base na análise desses discursos que se pôde constatar a permanência da violência, do autoritarismo e do conservadorismo como traço da classe dominante no meio rural, mas também problematizar alguns aspectos constitutivos da questão agrária contemporânea na visão desse tradicional integrante e representante das elites agrárias do país.

### **Sobre quem fala e de onde fala**

Antes de se proceder a qualquer exercício sociológico de apreensão de discursos, é fundamental que se compreenda o agente social que os emite. Assim, cabe apresentar não apenas aquilo que se diz mas também quem diz, o contexto social que este agente está inserido, sua biografia e especialmente o grupo social a que pertence e quais interesses representa. Ronaldo Ramos Caiado nasceu em Goiás no ano de 1949 numa tradicional família goiana, constituída por políticos e proprietários de terras. Os Caiado exercem forte influência política em Goiás desde a República Velha (1889-1930). Seu avô, o advogado Antônio Ramos Caiado, conhecido como Totó Caiado, foi deputado estadual, deputado federal e senador e uma das principais personificações do coronelismo durante a Velha República em Goiás. Seu primo, o engenheiro Leonino Di Ramos Caiado, foi governador do Estado de Goiás durante a ditadura militar (1971-1975).

Ronaldo Caiado, por sua vez, teve sua figura projetada em nível nacional não como político, mas como um dos principais articuladores na criação da União Democrática Ruralista (UDR) em 1985. Os debates em torno da questão agrária e das políticas de reforma agrária dispostas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) durante a Nova República<sup>9</sup> levaram os latifundiários a se organizarem na defesa do monopólio da terra, resultando na mobilização implacável pela manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada, sendo a defesa pelo direito à propriedade o mote principal da entidade.

Tendo obtido proeminência enquanto representante dos ruralistas, Ronaldo Caiado se candidatou a presidente da República em 1989, eleição na qual obteve votação inexpressiva. Dois anos depois, em

---

<sup>9</sup> Iniciada em 15 de março de 1985, com a posse de José Sarney na Presidência da República, a Nova República sucedeu a ditadura militar no país, a qual perdurou por 21 anos entre 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1985.

1991, elegeu-se deputado federal por Goiás (49ª Legislatura). Em 1994 Ronaldo Caiado concorreu ao governo do Estado de Goiás, porém perdeu as eleições. Tornou-se novamente deputado federal nas eleições de 1999 (51ª Legislatura), sendo reeleito em 2003, 2007 e 2011 (52ª, 53ª e 54ª Legislaturas, respectivamente). No dia 5 de outubro de 2014 Ronaldo Caiado foi eleito senador da República pelo Estado de Goiás, obtendo 1.283.665 votos, o que representa 47,57% do total de votos.

*A priori*, é fundamental apontar os aspectos ressaltados na biografia do parlamentar em sua página oficial da Câmara dos Deputados. Salientar alguns aspectos como profissão, atividades profissionais e cargos públicos, atividades sindicais, representativas de classe e associativas, bem como condecorações, estudos e cursos diversos, missões oficiais, seminários e congressos e obras publicadas, contribui não apenas para o conhecimento da biografia e da atuação política do parlamentar, mas fundamentalmente para a compreensão da representação que se pretende do personagem político, seus principais atributos e os elementos constitutivos de sua biografia que legitimam sua atuação parlamentar. Estes aspectos constituem as redes de sociabilidade e as redes de poder do parlamentar. Na esteira das reflexões de Elias (1994, p. 50):

“E aquilo a que chamamos ‘poder’ não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas”.

É nesse sentido que a sociedade é, em suma, uma sociedade de indivíduos. Importa, aqui, compreender a margem de influência de Ronaldo Caiado a partir da posição social que ocupa, ou seja, de suas redes de sociabilidade e, claro, com base em determinados contextos, especialmente o político, a partir do qual este personagem influencia o destino de várias pessoas e elabora sua identidade social. Noutros termos, os postulados de Elias ajudam a compreender como Ronaldo Caiado emerge enquanto uma figura emblemática do chamado “ruralismo” e, assim, a partir de atributos pessoais, mas que foram socialmente edificados, se tornou um porta-voz das elites agrárias, asseguradas as conflituosidade que lhes são próprias. Desta sorte é que a teoria elisiana permite elucidar como são engendrados os arranjos sociais e de poder que configuram grupos em torno de interesses e disposições comuns, instaurando, assim, um “nós”.

Em seguida, importa perscrutar, com base nos discursos do parlamentar, a existência/persistência da violência, do autoritarismo e do conservadorismo como retórica e prática de classe. Não obstante as divergências que se estabelecem no seio da própria classe, Bruno (1997) assevera que essa postura violenta e intransigente se materializa nos conflitos sociais rurais. Daí a inferência de que, ainda que em alguns momentos a figura de Ronaldo Caiado tenha se mostrado refratária aos desígnios de parcela das elites agrárias, especialmente aquela que recorrentemente associa as atividades agrícolas ao avanço da técnica e da ciência, esta encarna temporalidades que se fazem marcadas no presente e que preservam o interesse maior dessas elites, o do monopólio das terras. Nesse sentido é que Caiado torna-se, nas palavras de Bruno (1997, p. 89) ao parafrasear José de Souza Martins: “Uma figura fora do lugar, mas nem por isso fora do tempo. O tempo da ‘história lenta.’”

Alguns episódios, por seu turno, deslindam a associação entre a figura de Ronaldo Caiado e o poder do atraso de que fala Martins. Esses episódios voltam à baila quando a questão agrária ganha novos contornos, como a demarcação das terras indígenas e o recrudescimento do trabalho análogo à escravidão. Mas, também, no que concerne à ofensiva contra os movimentos sociais de luta pela terra, mormente o MST. Nesse sentido é que Ronaldo Caiado se nos apresenta enquanto expressão não apenas política, mas das mentalidades das elites agrárias, por um lado, e manifestação da violência e do autoritarismo que lhes são peculiares, por outro. Resta compreender que se trata de um personagem político emblemático pelo fato de ser representante de seu próprio interesse e, ainda, que seu histórico familiar remete a uma das mais tradicionais famílias goianas, cujo passado ilustra o coronelismo em Goiás, um estado amiúde dependente do setor primário e cujo processo de industrialização se deu tardiamente em relação ao sudeste do país.

### **Ronaldo Caiado: Rede de sociabilidade política**

As informações que subsidiaram as análises dispostas foram obtidas por meio de consulta à página da Câmara dos Deputados, em seção dedicada à biografia e as atividades parlamentares do deputado federal Ronaldo Caiado. No tocante à rede de sociabilidade política foi destacada a atuação do parlamentar nas Legislaturas que compreendem o intervalo 2009-2014, portanto duas Legislaturas: 53<sup>a</sup> (2007-2011) e 54<sup>a</sup> (2011-2015). Conforme Bruno (2009, p. 17): “A rede de sociabilidade política é, seguramente, a mais expressiva e compreende,

sobretudo, as atividades político-partidárias, sindicais, corporativas e os cargos públicos”. Estes são os principais aspectos observados no ponto em questão.

No tocante aos mandatos e à filiação partidária, Ronaldo Caiado permaneceu por 26 anos no mesmo partido, o Democratas (DEM), o qual se chamou Partido da Frente Liberal (PFL) até 2007<sup>10</sup>. O deputado foi filiado a outros partidos somente no interregno 1989-1991: o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Social Democrático (PSD). A filiação ao primeiro se deveu à sua candidatura à Presidência da República em 1989. De todo modo, ambos os partidos, assim como o DEM, são partidos da direita política, marcados pelo conservadorismo, tendo como ideário a defesa do livre mercado e da propriedade privada acima de tudo. No que diz respeito às atividades partidárias, Caiado foi líder de seu partido por duas vezes na Câmara dos Deputados, em 2009 e em 2013, e é presidente do Diretório Regional de seu partido, em Goiás, desde o ano de 1994. Ronaldo Caiado detém grande expressividade em seu partido, sendo um importante articulador e representante dos posicionamentos adotados em seu interior.

Outro aspecto importante consiste nas atividades parlamentares do deputado. O parlamentar foi membro de várias comissões<sup>11</sup> permanentes, especiais, externas e mistas, além de ter participado de Comissões Parlamentares de Inquérito e Comissão Representativa do Congresso Nacional nas Legislaturas anteriores à 54ª Legislatura (2011-2015). Cabe destacar que o parlamentar foi 1º vice-presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural entre 20-3-2011 e 15-2-2012, bem como titular e suplente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) por diversas ocasiões (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Conforme Bruno (2009, p. 20): “Fazem parte da Comissão de Agricultura as lideranças ruralistas de maior peso”. Ronaldo Caiado integra essa Comissão desde o ano

---

<sup>10</sup> Fundado em 1985, o Partido da Frente Liberal (PFL) sempre ocupou o campo mais acirrado da direita no espectro político nacional. De cariz conservador e liberal, este partido herdou os princípios ideológicos da União Democrática Nacional (UDN). O PFL tornou-se DEM (Democratas) em 28 de março de 2007.

<sup>11</sup> “As comissões são órgãos integrados por deputados, com composição partidária proporcional à da Câmara, que podem ter caráter permanente ou temporário. A comissão é permanente quando integra a estrutura institucional da Casa, e temporária quando criada para apreciar um projeto específico, para investigação ou para missão”. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).



de 2003, portanto há pouco mais de uma década e por três Legislativas consecutivas.

Além dessas comissões, destaca-se a participação de Ronaldo Caiado em várias subcomissões permanentes antes da 54ª Legislatura, tais como: Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática; Justiça e Cidadania; Fiscalização Financeira e Controle, e Subcomissão para Tratar de Renda Rural da CAPADR (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Nas Legislativas anteriores à 54ª Legislatura, Caiado participou de várias comissões especiais, tais como: Alienação de Terras; Biossegurança; Produção, Comércio e Fiscalização de Sementes e Recursos Genéticos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Na 54ª Legislatura, Ronaldo Caiado integrou, dentre outras comissões, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Constituição, Justiça e Cidadania; Viação e Transportes; Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e Fiscalização Financeira e Controle (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Além da participação de Ronaldo Caiado nas comissões permanentes supracitadas, cabe ressaltar a participação do parlamentar nas seguintes comissões também permanentes: Finanças e Tributação; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Seguridade Social e Família, dentre outras (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Ademais, consta na página da Câmara dos Deputados a participação de Ronaldo Caiado em várias comissões especiais, tais como: Recursos Destinados à Irrigação; Reforma Política e Comissão de Terras Indígenas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Com base nestas informações, é possível delinear a atuação parlamentar de Ronaldo Caiado, a qual é conformada pela participação em comissões atinentes a diversos assuntos, sendo que a maioria delas se coaduna em torno da agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural. A participação em algumas comissões tem correlação direta com as questões ligadas ao mundo rural, como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por meio da qual são realizadas as discussões acerca dos dispositivos jurídicos ligados à propriedade da terra, por exemplo, ou, ainda, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, na qual são discutidas políticas de apoio à ciência, tecnologia e inovação voltadas para a pecuária e produção agrícola.

Ressalte-se, ainda, a participação do parlamentar em subcomissões diretamente ligadas às questões do mundo rural, como a Comissão de Alienação de Terras ou, ainda, a Comissão de Recursos Destinados à Irrigação; Trabalho Escravo; Produção, Comércio e Fiscalização de sementes. Nestas comissões são discutidas matérias que concernem a

toda sorte de interesses das elites agrárias do país. A expressiva atuação de Ronaldo Caiado no âmbito destas comissões ilustra a importante representatividade do parlamentar no tocante aos interesses do patronato rural, mas, também, um relevante aspecto ressaltado por Bruno (2009, p. 21), qual seja “o enraizamento parlamentar decorrente da convivência de décadas no mesmo espaço cotidiano de regras e normas políticas – o espaço do Congresso Nacional”.

Por outro lado, a conformação da identidade política do parlamentar passa por sua atuação em comissões relacionadas à saúde, como a Comissão Especial de Financiamento da Saúde Pública, da qual foi suplente entre 26-3-2013 e 12-11-2013, ou ainda a Comissão da Carreira Única de Médico de Estado, da qual é titular desde 5-6-2013. Essa atuação é balizada e legitimada por sua formação em medicina e por sua atuação profissional na área da saúde. Destaque deve ser dado às atividades sindicais, representativas de classe e associativas do deputado. Considera-se que a análise de sua inserção na política e sua atuação na Câmara Federal passa diretamente por sua representatividade de classe. Segundo é informado, o parlamentar é sócio da Associação Goiana de Criadores de Zebu, da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, da Associação Goiana de Criadores de Nelore. Além disso é fundador da União Democrática Ruralista, a UDR, da qual foi presidente nacional entre 1987 e 1989 e sobre a qual trataremos mais a frente.

Finalmente, no tocante à rede de sociabilidade política de Ronaldo Caiado, é oportuno o registro das frentes parlamentares que o deputado integra, entendendo que as frentes são “[...] consideradas grupos de pressão que atuam na defesa de determinados interesses em comum” (BRUNO, 2009, p. 23). Além da tradicional Frente Parlamentar da Agropecuária, Caiado integra várias frentes parlamentares ligadas aos interesses dos produtores rurais, agroindústrias e atividades do agronegócio, como a Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético, a Frente Parlamentar do Biodiesel, a Frente Parlamentar do Café, mas também outras como frente parlamentar em Apoio ao Idoso e a Frente Parlamentar da Causa QESA, a qual tem como objetivo a defesa dos interesses dos militares das forças armadas. Essa frente foi registrada em julho de 2013. Muitos dos parlamentares da Bancada Ruralista dão amplo apoio às causas advindas dos militares. A história recente do país, marcada por uma ditadura militar que perdurou por 21 anos, contou com o apoio de grandes proprietários de terras à medida em que foram abortadas as possibilidades de promoção de uma política efetiva de reforma agrária. Não

é demais afirmar que o primo de Ronaldo Caiado, Leonino Di Ramos Caiado, foi governador de Goiás entre 1971 e 1975, portanto durante os “anos de chumbo”<sup>12</sup> da ditadura militar no Brasil.

### **Ronaldo Caiado: Rede de sociabilidade profissional**

Acerca da rede de sociabilidade profissional de Ronaldo Caiado, na página da Câmara dos Deputados é informado que o parlamentar tem, na ordem, as seguintes profissões: médico, professor e produtor rural. A menção à condição de médico e professor faz com que Ronaldo Caiado não seja visto apenas como produtor rural e todas as atribuições que se voltam para esta atividade no seio do imaginário coletivo, mas como um homem investido de conhecimentos científicos, dotado de saberes que extrapolam o mundo rural. Este é, indubitavelmente, um importante aspecto a ser considerado na representação social acerca do parlamentar e em sua própria atuação política, seja na defesa de interesses ligados ao patronato rural, seja na emissão de opiniões e pronunciamentos concernentes à saúde, educação e temas correlatos.

Em que pese sua atuação política, importa compreender que, enquanto médico, o parlamentar assegura um capital simbólico (BOURDIEU, 2012) extremamente importante, uma vez que este capital simbólico se reverbera na legitimação de sua fala e de sua prática política. Não se trata apenas de um representante dos interesses das elites agrárias, mas de um parlamentar com nível superior, detentor de uma profissão de imenso prestígio social, cuja formação se deu em renomadas instituições acadêmicas, inclusive francesas. Ronaldo Caiado formou-se em medicina na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro<sup>13</sup> em 1974. Realizou vários estágios, dentre eles o de médico-assistente na Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1975 e 1976; o na Faculté de Médecine Pitié-Salpêtrière, no Serviço de Cirurgia Ortopédica e Traumatológica do Professor Roy-Camille, Paris, França, 1978; o de Assistente Estrangeiro no Serviço de Ortopedia Infantil do Professor Henry Carlioz, Paris, França, 1979.

Segundo consta na página da Câmara dos Deputados, o parlamentar cursou Mestrado em Medicina na Universidade Federal do Rio

---

<sup>12</sup> Período que se inicia no final do ano de 1968 quando passou a vigorar o Ato Institucional n.º 5 até o ano de 1974, fim do mandato de Emilio Garrastazu Médici.

<sup>13</sup> A Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro pertence à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Fundada em 1912, trata-se de uma das mais antigas e prestigiadas faculdades de medicina do Brasil.

de Janeiro, tendo recebido o título em 1979, além de ter realizado o Estágio de Atualização no Serviço de Ortopedia e Traumatologia do Professor Roy-Camille, em Paris, França, no ano de 1985 e Estágio de Atualização no Serviço do Professor Jean-Gabriel Pous, em Montpellier, também na França, no mesmo ano. Além destas informações, no item “Obras publicadas” consta que Ronaldo Caiado teve a obra *L'opération de Cloward dans le traitement de l'anévrisme cervico-brachiale* publicada em Paris pela Faculté de Médecine Pitié-Salpêtrière no ano de 1978 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

O parlamentar participou de vários seminários e congressos na área de medicina durante a década de 1970 e início dos anos 1980, tais como o VIII Congresso Pan-Americano do Colégio Internacional de Cirurgiões, ocorrido no Rio de Janeiro em 1975; o XX Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia, também no Rio de Janeiro em 1975; o I Seminário Brasileiro de Pós-Graduação em Cirurgia, no Rio de Janeiro, em 1976; o Congrès de la Société Française de Chirurgie Orthopédique et Traumatologie, realizado em Paris, França, no ano de 1977; o II Congresso Brasileiro de Patologia do Quadril, ocorrido em São Paulo em 1984 e o XXIV Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia, realizado em Belo Horizonte em 1984 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

No item reservado às atividades profissionais e cargos públicos, consta que Ronaldo Caiado teve uma breve experiência, entre 1978 e 1979, como auxiliar de ensino no Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Não é fortuito tal registro em sua biografia. A experiência no ensino, embora curta, se apresenta, assim como sua própria formação profissional, como importante fator de distinção social e de legitimação de sua atuação política. Ronaldo Caiado foi suplente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Não é demais afirmar que estes componentes de sua biografia qualificam sua atuação parlamentar ao conferirem peso às suas falas, mas também ao concorrerem para a tessitura de uma ampla rede de sociabilidade que reúne contatos os mais diversos.

Assim, se por um lado é necessário explorar estas falas, por outro é imprescindível apontar o *status* daquele que as emite e considerar, na esteira do pensamento foucaultiano, “[...] o lugar institucional, a situação e os modos de inserção do sujeito falante” (FOUCAULT, 2008, p. 72). Com efeito, as contribuições de Norbert Elias (2006, 2011) e Pierre Bourdieu (2012) auxiliam sobremaneira para os desígnios da pesquisa na medida em que permitem apreender a problemática para além

da qualidade de sujeito que detém o poder-saber e suas estratégias, conforme nos permite a teoria foucaultiana, mas que porta um capital simbólico e reproduz um *habitus* de classe, passíveis de investigação e análise com base nas configurações sociais e nas redes de sociabilidade que demarcam sua história de vida.

### **Ronaldo Caiado: Rede de sociabilidade social ou “societal”**

Outro aspecto da biografia de Ronaldo Caiado que merece destaque consiste nas várias comendas, diplomas, títulos de cidadania e honrarias recebidas pelo parlamentar ao longo das duas últimas décadas. Com base nestas informações, é possível descortinar sua rede de sociabilidade social ou “societal”. Esta, segundo Bruno (2009, p. 31), “compreende os laços de sociabilidade criados e mantidos pelos deputados com outros grupos e classes sociais não necessariamente relacionados a atividades rurais”. Ronaldo Caiado recebeu títulos de cidadania em diversos Municípios goianos, bem como em municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Além disso, o parlamentar recebeu a Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro em 1993 e a Ordem do Mérito Militar em 1994. Recebeu a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás no ano de 1991, bem como o Diploma Medalha do Guardião, do Governo do Estado de Goiás, no ano de 2009.

Caiado recebeu várias homenagens ligadas ao mundo rural, como o Diploma Homem da Terra, conferido pelo município de Santo Antônio da Platina, no Paraná, em 2001, e as Placas de Agradecimento e Homenagem dos Sindicatos Rurais de Itaberaí e de Quirinópolis, municípios goianos, ambas no ano de 2002. Recebeu, ainda, condecorações por parte de associações ligadas ao Poder Judiciário, como o Diploma Honra ao Mérito da Associação dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho de Anápolis no ano de 1994 e o Grau Grande Cruz do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em 2002.

Ainda no tocante às ordens honoríficas, Ronaldo Caiado recebeu a Comenda Cruz do Anhanguera, conferida pela Grande Loja Maçônica de Goiás no ano 2005, bem como homenagens de associações de apoio e assistência às pessoas com deficiência, como o Certificado de Responsabilidade Social da Associação Pestalozzi de Goiás, recebido em 2009, e o Mérito APAE de Goiânia, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, também em 2009. Com base nestas informações, é possível observar que as redes de sociabilidade política, profissional e social ou “societal” se amalgamam na composição de uma determinada identidade do personagem. Há uma clara codeterminação entre

tais redes, de sorte que é possível realizar algumas inferências sobre esta com base naquela ou vice-versa.

Assim, a destacada representação dos interesses das elites agrárias e o reconhecimento do parlamentar por parte de entidades ligadas ao Poder Judiciário possuem elementos subjacentes, como a defesa do direito à propriedade, o conservadorismo e o prestígio social das elites agrárias. Do mesmo modo, as honrarias recebidas por parte das organizações militares. A confluência entre o personagem político extrapola o âmbito da rede social ou “societal” na medida em que permeia a representação de interesses no Congresso Nacional, como a participação de Ronaldo Caiado em frentes parlamentares de defesa dos interesses de militares.

Para além das honrarias militares, conferidas por sindicatos e pelo poder público, importa sublinhar a importância representada pela Comenda Cruz do Anhanguera, conferida a Ronaldo Caiado pela Grande Loja Maçônica de Goiás em 2005. Em seu estudo, Bruno (2009) observa que vários integrantes da Bancada Ruralista receberam honrarias de lojas maçônicas, sendo esta uma questão que suscita inúmeras indagações para futuras pesquisas. Quanto às homenagens recebidas de associações de apoio e assistência às pessoas com deficiência, não é demais asseverar que o fato de ser médico é um fator crucial na conformação das redes de sociabilidades e de poder de Ronaldo Caiado.

### **A questão agrária e a Bancada Ruralista: Discursos de Ronaldo Caiado (2009-2014)**

Nesse momento do artigo tem-se o intento de apreender a permanência de traços de classe que marcam o patronato rural brasileiro, quais sejam a violência, o autoritarismo e o conservadorismo, a partir da análise de pronunciamentos de Ronaldo Caiado na Câmara dos Deputados, especialmente sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta análise permite, ainda, compreender como essa figura emblemática da Bancada Ruralista tem tratado a questão agrária em seus novos contornos, como a problemática indígena e o trabalho análogo à escravidão no campo.

O recorte temporal consiste em legislaturas recentes (52<sup>a</sup>, 53<sup>a</sup> Legislaturas) e coincide com os governos do Partido dos Trabalhadores - governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2014). Esta informação é relevante quando se considera que muitos discursos de Ronaldo Caiado tecendo duras críticas aos movimentos sociais são direcionados, também, ao governo, seus ministérios e diversos órgãos.

A história da atuação política de Ronaldo Caiado se confunde com a história da UDR. A organização desse movimento patronal rural cimentou as bases do que hoje é conhecida como Bancada Ruralista e, ainda que Ronaldo Caiado se apresente por vezes numa temporalidade destoante de muitos representantes das elites agrárias, sua voz se faz ouvida sempre que voltam à baila discussões sobre a propriedade da terra. Segundo Mendonça (2010a, p. 188):

“O maior saldo da consolidação da UDR como entidade-líder dos interesses da burguesia agrária no Brasil, para além da aprovação da matéria constitucional referente a assuntos fundiários a seu favor – isto é, sem qualquer conotação de justiça social ou restrições ao latifúndio –, pode ser aquilatado, justamente, no momento posterior à ANC, quando elementos egressos de seus quadros assenhorearam-se de espaços tão crescentes quanto estratégicos, junto à sociedade política nacional, como no caso da nomeação do novo ministro da Agricultura, na gestão Collor, o uderista Antonio Cabrera. A partir da pasta, a UDR continuaria estendendo seus “tentáculos” sobre os rumos do processo político nacional no tocante à obstaculização de qualquer projeto de cunho democratizante no campo, sendo esta sua principal marca no processo de transição conservadora no país”.

Alguns aspectos constitutivos da questão agrária contemporânea, aqui problematizada a partir principalmente do MST, pela forma como são tratados nos discursos do deputado federal Ronaldo Caiado, evocam uma prática de classe que remete aos primórdios da UDR. Como naqueles tempos, associa-se os movimentos sociais a práticas terroristas, qualifica-se os ruralistas como produtores rurais, com vocação para a produção agrícola e para a pecuária, faz-se duras críticas ao governo, especialmente à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e enaltece-se o produtor rural brasileiro, o qual sempre paga a dívida e impede que o país entre em falência, o qual sustenta a nação, trabalha e produz.

A análise de dezoito pronunciamentos realizados por Ronaldo Caiado, muitos deles alusivos à criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar o repasse de verbas públicas para o MST, a qual ficou conhecida como CPI do MST<sup>14</sup>, permite cons-

---

<sup>14</sup> O requerimento de criação da CPI foi apresentado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) em 21 de outubro de 2009. No relatório final da CPI consta que não foi encontrada qualquer irregularidade nas contas do MST.

truir o seguinte painel de contraposição entre “nós”, as elites agrárias (os produtores rurais), e “eles” os sem-terra, integrantes do MST.

Elites Agrárias – “Nós”	MST – “Eles”
Propriedade privada	Invasão
Vocação e capacitação	Ideologia
Classe produtora rural	Criminosos
Setor competitivo	Destruição de propriedades produtivas
Trabalha	Financiado com dinheiro público
Produce	Baderna
Moderno-Avançado	Falido
Herança	Assassinatos
Sentimento de propriedade privada	Vandalismo
Dentro da Lei	FARC brasileira

**Fonte:** XAVIER, Glauber Lopes (2013).

“Cada vez mais, a propriedade permanece com aqueles que têm vocação e capacitação para continuar produzindo no Brasil” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

A frase acima foi proferida por Ronaldo Caiado em pronunciamento do dia 22 de abril de 2014. Nela fica claro que a propriedade não é explicada como questão histórica, mas pela vocação e capacidade de seus detentores. Este é um argumento bastante recorrente para se justificar o alijamento de muitos trabalhadores do acesso à terra, fazendo crer que estes não são dignos de sua posse por serem incapazes, não terem as aptidões e a vocação necessárias. Não obstante tratar-se do aspecto central, é importante associar a propriedade aos produtores rurais, aqueles que possuem as competências, que sabem lidar com a terra. Ao contrário daqueles que são qualificados como invasores, os produtores rurais nutrem o sentimento de propriedade da terra e desejam o patrimônio que herdaram. Ao tratar os trabalhadores rurais sem terra como aqueles que destroem e invadem propriedade produtivas, o parlamentar enaltece os produtores rurais, “nós”, conforme é possível notar em pronunciamento do dia 6 de março de 2012:

“Nós só somos competitivos em agropecuária e minérios.  
Está aí o superávit na balança comercial: só não foi negativo



porque a agricultura teve exatamente o percentual de 3,7% do crescimento do PIB de 2011 [...] Quem pagou a dívida externa brasileira foi o produtor rural brasileiro, que deveria receber a maior homenagem na Esplanada dos Ministérios, por ser o único setor competitivo nacionalmente.”

O termo competitivo demarca a supremacia do setor agropecuário. Sempre se recorre aos indicadores da balança comercial para ilustrar a pujança do setor em detrimento das demais atividades econômicas, mas principalmente para se construir um discurso que incita as elites agrárias a defenderem seus interesses, mormente o do monopólio da terra.

Esse é o mesmo discurso daquele utilizado em meados da década de 1980 para justificar a criação da UDR. Conforme coloca Bruno (1997, p. 57) com base em entrevista de Ronaldo Caiado disponível no *Jornal do Brasil* em 1986: “Somos responsáveis por mais de 50% dos dólares que entram no país e não temos uma representatividade à altura. O produtor rural sempre patrocinou involuntariamente as mordomias nacionais permanecendo desorganizado e à margem do poder.” Outro aspecto a ser destacado nesse pronunciamento é o enaltecimento do produtor rural brasileiro como aquele que possibilitou a redenção da nação ao pagar a dívida externa.

Não é objeto das análises deste trabalho, mas entende-se que, para além da representação de interesses específicos ligados às atividades rurais, as elites agrárias nacionais almejam edificar um projeto de nação, o qual passa inexoravelmente pela garantia absoluta das bases por meio das quais exerce seu domínio e assegura seu patrimônio. Daí a forte resistência às políticas de reforma agrária, com exceção das iniciativas de reforma agrária de mercado, como aponta Medeiros (2002). O seguinte trecho do pronunciamento realizado por Ronaldo Caiado ao discutir a reforma do Código Florestal é emblemático quanto a esse projeto de nação e ao protagonismo desempenhado pelos produtores rurais:

“Nós queremos um Código compatível com o crescimento, com a diminuição da burocracia, com o respeito aos setores que hoje sustentam esta Nação [...] Não se trata aqui de uma queda de braço entre Governo e Oposição, mas sim de uma posição em defesa de quem trabalha e produz e quer ver o brasileiro com qualidade de vida, cidadania, renda *per capita* e alimentação cada vez melhores”. (Pronunciamento realizado no dia 6 de março de 2012, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

É interessante notar que Ronaldo Caiado constrói seus argumentos a partir de antagonismos que demarcariam a diferença entre aqueles que “trabalham”, “produzem” e “sustentam a nação” e aqueles que “invadem terras”, promovem “violência” e são “financiados com dinheiro público”. O parlamentar recorre a vários adjetivos para realizar a crítica a “eles”, o MST, e, por outro lado, tecer eloquentes elogios a “nós”, os produtores rurais, geralmente qualificando o setor produtivo primário como moderno e avançado. Nas palavras de Bruno (1997, p. 5-6): “‘Nós, os produtores e empresários rurais’ seria assim o reorganizador dos símbolos e do agir dos dominantes: antigas palavras que buscam impetrar novas significações e referências às noções de competência e do ser moderno.” Para melhor compreender esta questão, é válido mencionar as seguintes análises empreendidas por Regina Bruno (1997, p. 6):

“No interior do discurso sobre a racionalidade econômica dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, detectamos uma estranha noção de competência que, além de elitista, está diretamente associada ao monopólio e ao *ethos* da propriedade fundiária, à especulação e à improdutividade. Ser proprietário por si só é ser competente, não importando que usos ou abusos possam daí advir. Calcada sobre as ideias de capacidade, talento e superioridade individuais, ela, a competência, termina por instituir a desigualdade e os ‘incompetentes’ sociais”.

Essa postura fica nítida em pronunciamento de Caiado, realizado no dia 21 de outubro de 2009, em contestação ao pronunciamento do deputado Ivan Valente. Nele, Ronaldo Caiado defende a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar irregularidades no repasse de verbas públicas para o MST. Nas palavras do parlamentar:

“O discurso raivoso do Parlamentar que me antecedeu, sem nenhum dado consistente, tentando estigmatizar produtor rural, é um discurso ultrapassado, *démodé*, que em nada condiz com a realidade nem com o perfil do setor produtivo primário - um setor moderno, avançado, que hoje disputa o primeiro lugar em vários produtos, e não só no que compete à produtividade, mas também ao superávit da balança comercial.”

Ronaldo Caiado prossegue seu pronunciamento fazendo a seguinte indagação:

“Como um Parlamentar sobe à tribuna para defender um movimento que não existe como pessoa jurídica, que vive de

repassa de dinheiro público, que o cidadão paga em forma de imposto? O dinheiro dos cidadãos, em vez de ir para a saúde e para a educação, é usado por entidades que se prestam a fazer serviço sujo, como algumas ONGs e cooperativas, para financiar um movimento que propõe a destruição de propriedades produtivas. [...] E ainda existem Parlamentares que defendem o não cumprimento da lei pelos que se intitulam defensores de um movimento social - um movimento que nada tem de social, ao contrário, um movimento que pode ser considerado como as FARC brasileiras, sustentado com o dinheiro público”. (Pronunciamento de 21 de outubro de 2009, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

É nítido o maniqueísmo que subjaz a fala do deputado. De um lado, os “cidadãos”, “pagadores de impostos” e, de outro, homens que são sustentados com dinheiro público, que fazem “serviço sujo”. Além disso, ao qualificar o MST desta forma e ao associá-lo às FARC fica clara a existência/persistência do conservadorismo, da violência e do autoritarismo na atuação política de Caiado. Seu pronunciamento é permeado por julgamentos que tipificam uma postura anti-democrática, pois não reconhece a legitimidade das lutas sociais e, no esforço de desconstrução desta legitimidade, associa tais lutas e seus movimentos a práticas terroristas, critica a postura do Estado e recorre ao direito para desqualificar o MST, uma vez que o Movimento não é registrado enquanto pessoa jurídica. Os próximos trechos do pronunciamento de Ronaldo Caiado deixam isto ainda mais claro.

“A lei, porém, não existe para o pessoal do MST, que age na certeza da impunidade. Eles podem tudo. Podem matar os funcionários de uma propriedade rural em Pernambuco; podem destruir uma propriedade rural no interior de São Paulo; podem fazer o que fizeram, na semana passada, no Pontal do Triângulo Mineiro, na região de Frutal e de Prata, onde invadiram uma propriedade, atiraram no filho de um produtor rural e ainda sequestraram as pessoas que lá estavam [...] Não somos contrários aos movimentos sociais, somos contrários à criminalidade que se instalou hoje no campo. Com seu processo de invasão e destruição de propriedades, o MST levou ao campo um quadro de total terror e inquietação”. (Pronunciamento de 21 de outubro de 2009, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

No trecho acima, a lei é novamente evocada para deslegitimar o movimento. Em oposição ao “nós”, os quais cumprem a lei, “eles”, conforme o deputado, “podem tudo”. “Matar”, “Invadir”, “Atirar” são verbos que compõem algumas das frases do deputado, mas que amiúde se tornaram ação a partir dos mecanismos utilizados pelos grandes proprietários de todo o país para acumularem terras e impedir que trabalhadores rurais tivessem o acesso para a sobrevivência de suas famílias. “Invasão” de terras foi prática contumaz de muitas famílias detentoras de latifúndios por meio das chamadas grilagens. “Terror” e “Inquietação” é o que muitos trabalhadores rurais e pequenos produtores expulsos de suas terras vivem e viveram de norte a sul do país. É de fato interessante notar que são imputadas às vítimas as práticas historicamente empregadas por seus algozes.

Propriedade é seguramente o termo central nos discursos do parlamentar em oposição ao MST. Como dito, é o principal fator de coesão entre produtores e empresários rurais, elites agroindustriais e do agronegócio brasileiros. Diretamente associada à lei, a propriedade é tida como algo inquestionável; questioná-la é posicionar-se ao lado de criminosos, de terroristas. Assim, às elites agrárias interessa que o Estado apoie os pequenos produtores por meio de políticas de financiamento à produção agrícola, o que mantém a estrutura fundiária inalterada.

Este é o caso da chamada agricultura familiar, especialmente na região sul do país, em que há casos de empreendimentos bem-sucedidos e com certa autonomia. Conforme Bruno (1997, p. 11): “As leis, as instituições políticas, os tribunais e o direito consubstanciam esse ethos da grande propriedade fundiária, com o cuidado de, ocasionalmente, conceder alguns direitos aos trabalhadores rurais e, continuamente, preservar o monopólio e o privilégio dos grandes.” Tal questão fica clara na comparação realizada por Ronaldo Caiado entre a agricultura familiar e os assentamentos rurais, conforme destacado no seguinte excerto de seu pronunciamento:

“Quero também mostrar informações consistentes, baseadas numa análise sobre os assentamentos - e não vamos confundir: assentamento é uma coisa, agricultura familiar é outra. O Governo anterior, o nosso Governo, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. E a agricultura familiar no sul do Brasil é altamente competitiva e empresarial, porque foram pequenos agricultores que a constituíram. Pois bem. Pesquisa feita nos assentamentos

emancipados, os assentamentos *top* de linha do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do INCRA, mostra que 37% da população que lá vive se encontra em extrema miséria - está aqui: *‘em extrema pobreza: 37% dos que lá estão.’* Temos no Brasil 8.310 assentamentos. O povo brasileiro já gastou 62 bilhões de reais num modelo que precisa ser mudado. Digo isso porque a pesquisa deixa claro que 83% dos assentados nunca tiveram um curso técnico, não foram preparados para trabalhar o quinhão de terra que receberam. Não é dado o menor apoio ao cidadão que lá está: simplesmente demarcam um pedaço de terra e jogam a pobreza na área rural” (Pronunciamento de 21 de outubro de 2009, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Reside nessa comparação a seguinte estratégia: incorporar os pequenos produtores rurais a esse “nós”, os “produtores rurais”, e, com isto, engendrar apoio popular à ofensiva contra o MST. Assim, deixariam de ser vistos como um clã de grandes produtores e passariam não apenas a contar com o apoio de alguns pequenos produtores rurais, mas também e fundamentalmente a ter maior legitimidade o discurso que fazem em defesa da propriedade privada. “Somos elos da mesma corrente e temos de andar cada vez mais unidos.” É o que disse o parlamentar em pronunciamento do dia 1º de outubro de 2009. Em termos práticos, consistiria em pôr fim às políticas de reforma agrária nacionais, atribuindo prioridade à política de crédito rural aos pequenos e médios produtores do país, portanto àqueles empreendimentos que se incluem na chamada agricultura familiar. Nesse particular, o pronunciamento de Caiado do dia 15 de outubro de 2009 deixa isto bastante nítido:

“Eu quero, neste momento, deixar claro que temos de rediscutir o processo de reforma agrária, buscar as pessoas que têm competência nas cooperativas do sul do Brasil, na agricultura familiar, que deram conta de fazer com que as pessoas com pequenas parcelas de terra conseguissem dar um zoneamento econômico ecológico, uma condição de rentabilidade àqueles que estão trabalhando a terra.”

Caiado pauta seu argumento com base nas experiências bem sucedidas de agricultura familiar, as quais seriam graças às pessoas que têm “competência, deixando de considerar a heterogeneidade do rural brasileiro. O parlamentar se apoia em dados sobre a condição de miserabilidade nos assentamentos rurais do país para de-

fender o fim da demarcação de terras, a rediscussão do processo de reforma agrária.

Em seu discurso de 21 de outubro de 2009, ele chega a chamar o assentado de cidadão ao dizer que “não é dado o menor apoio ao cidadão que lá está”. Assim, transfere momentaneamente sua crítica dos sem-terra para o governo, afirmando que “simplesmente demarcam um pedaço de terra e jogam a pobreza na área rural.” A passagem a seguir do pronunciamento de Ronaldo Caiado corrobora para tal inferência. Ao criticar o MST, Caiado faz referência a um modelo de política segundo ele falido.

“Esse, Sr. Presidente, é o quadro real da falência completa do atual modelo, que serve única e exclusivamente para manter o MST, para dar sustentação política e ideológica a esse movimento que chamo de as FARC brasileiras. O que nós queremos no campo não é luta política nem ideológica, mas, sim, cidadania, condições de vida dignas, renda. Por isso, Sras. e Srs. Parlamentares, queremos refutar duramente o que foi aqui defendido e dizer que a CPMI será criada com um só objetivo: que o dinheiro que o povo paga na forma de impostos não seja desviado para a criminalidade. Não é justo financiar o crime. Pelo contrário, nós devemos coibi-lo” (Pronunciamento de 21 de outubro de 2009, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Esse é o ponto nevrálgico da crítica de Ronaldo Caiado. O parlamentar mais uma vez toma os problemas no campo como epifenômenos. Não atribui a existência de altos índices de pobreza no meio rural a processos históricos. Mais do que isso, da sua plethora de antagonismos criada para desqualificar e deslegitimar o “outro”, “eles”, seleciona dois termos fundamentais e os coloca em oposição: ideologia x cidadania. O MST seria ideológico e o governo atuaria em seu financiamento com o dinheiro dos impostos pagos pelo povo. Esta seria a prova irrefutável de que o modelo estaria, segundo o parlamentar, “falido”. Numa postura antidemocrática, Caiado chega a comparar o MST as FARC e nomeia os sem-terra de criminosos. Além disso, nas entrelinhas sua fala incita o “povo”, que “paga impostos”, a se mobilizar contra o Movimento, o que fica ainda mais nítido em pronunciamento do dia 15 de outubro, ao dizer que:

“A sociedade brasileira deseja ver de que maneira o dinheiro da população, pago em forma de impostos, está sendo gasto nos assentamentos e como está sendo repassado ao MST, que

não é pessoa jurídica e usa o dinheiro público para praticar todos esses atos de vandalismo, crimes, sequestros e assassinatos que vêm ocorrendo Brasil afora, financiado pelo Poder Público” (Pronunciamento de 15 de outubro de 2009, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Ainda:

“De que precisamos? Definir rapidamente e estancar essa sangria que tanto vem castigando o bolso do cidadão brasileiro, que não quer financiar invasão, nem sequestro, nem assassinatos, nem aquela barbárie a que assistimos” (Pronunciamento de 5 de março de 2009, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Resta considerar que, ao dizer que se deve coibir o MST, Ronaldo Caiado justifica a violência contra os trabalhadores rurais que lutam pela terra no país. Com efeito, o conservadorismo, a violência e o autoritarismo estão diluídos em sua fala e materializado em inúmeras ações advindas daqueles cujos interesses ele representa. A recorrência a termos como “vandalismo”, “crimes”, “sequestros” e “assassinatos” busca transferir a discussão do campo dos direitos sociais, da função social da propriedade e da desigualdade no meio rural para o campo da justiça, da punição àqueles que reivindicam um pedaço de terra para a própria sobrevivência e de suas famílias.

Outro aspecto importante é a crítica que se faz ao MST a partir da relação entre o Movimento e o governo. Esta é uma forma de contestar não apenas o movimento, mas também a política de reforma agrária adotada, a qual, a despeito de uma série de vicissitudes tem promovido alguma justiça social no campo. Nas palavras de Ronaldo Caiado: “Essa é a realidade que estamos vivendo. Esse é o Brasil que, ao invés de estimular quem produz e trabalha, estimula a baderna, a violência, a desestabilização dos setores produtivos.”

Ao criticar diretamente o governo a partir do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Caiado diz que o “ministro não passa de um *office boy* do Stédile.” (Pronunciamento de 6 de outubro de 2009, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Recorre, uma vez mais, a alguns antagonismos a fim de sustentar sua crítica ao apoio do governo às reivindicações do MST: quem produz e trabalha x quem promove baderna e violência.

A incongruência do argumento do parlamentar está em que o Ministério da Agricultura tradicionalmente é ocupado por nomes que agradam as elites agrárias nacionais, nomes que passam pelo

crivo das principais entidades de classe, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e da própria Bancada Ruralista. Os ruralistas teriam, assim, seus *office boys* muito bem alocados nos meandros do poder. Ademais, a crítica de Caiado tem em seu cerne uma concepção de Estado e de seu papel, o que também é uma incongruência.

O fato é que os produtores rurais recebem vultosos financiamentos do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dentre outros órgãos de financiamento à produção, à aquisição de máquinas etc. Assim, vale apelar para a interferência do Estado no mercado quando se trata da produção e comercialização dos produtos, mas de forma alguma quando se trata do mercado de terras. Nesse sentido, não concebe o parlamentar que a função social da propriedade superpõe os ditames do mercado e do direito à propriedade quando esta não é utilizada para fins produtivos.

Aos grandes proprietários de terras, tudo; aos sem-terra, nada. Aos sem-terra, a lei; aos grandes proprietários os privilégios e as artimanhas que o poder lhes garante para a manutenção de seus interesses. Por isso, senhores da lei, donos da terra. Conforme Caiado:

“Quando temos uma entidade ligada à violência, à invasão, ao sequestro, à danificação de prédios públicos ou de propriedades privadas, ela está impedida, por lei, de receber recurso público” (Pronunciamento de 5 de março de 2009, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

A UDR, da qual Ronaldo Caiado foi um dos principais articuladores, tendo sido seu primeiro presidente, justificava a violência como mecanismo para a defesa das propriedades. “[...] a imagem de organização envolvida em práticas extremamente violentas, radicais e extremistas destinadas a inviabilizar o PNRA e qualquer outra tentativa de reforma agrária no país.” (MENDONÇA, 2010, p. 61). A lei é, neste caso, sempre evocada, seja para argumentar o direito ao monopólio da terra, seja para justificar a violência contra aqueles que a “invadem”.

Duas problemáticas atinentes à questão agrária contemporânea também permitem problematizar a representação política dos interesses das elites agrárias por parte do deputado federal Ronaldo Caiado, seus novos contornos, suas configurações e a persistência da violência, do conservadorismo e do autoritarismo como *habitus* e prática de classe, são elas: o recrudescimento do trabalho análogo à



escravidão e os debates em torno da PEC 438/2001<sup>15</sup>; e a reivindicação pela demarcação das terras indígenas e as discussões em torno da PEC 215/2000<sup>16</sup>.

Ambas as Propostas de Emenda Constitucional contêm, no seu bojo, aspectos que dizem respeito à propriedade da terra. Contrários à PEC 438/2001, integrantes da Bancada Ruralista almejam o impedimento do confisco das terras em que forem flagrados casos de trabalho análogo à escravidão com base em relatório da fiscalização do Ministério do Trabalho e, ainda, visam alterar a conceituação de trabalho escravo, em que trabalho degradante e superexploração não configurariam tal crime.

Favoráveis à aprovação da PEC 215/2000, integrantes da Bancada Ruralista visam transferir, para o Congresso Nacional, a competência de demarcação das terras indígenas. A principal justificativa é a de que: “No sistema de mútuo controle entre os poderes da República, adotado pela Constituição brasileira, busca-se o necessário equilíbrio para evitar que no desempenho desmedido das respectivas competências se criem entraves na área de atribuição de outro Poder ou de outra esfera de Poder. Assim, por exemplo, pode o Congresso sustar ato normativo do Executivo, sempre que este exorbite o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa; por sua vez, o Executivo dispõe do poder de edição de medidas provisórias, antecipando-se a, ou determinando a iniciativa legislativa do Congresso” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Assim, tal demarcação não mais seria feita pelo órgão atualmente competente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que tem como diretriz para a demarcação das terras um laudo técnico emitido por antropólogos. A reação da Bancada Ruralista acerca das Propostas consiste em garantir, a qualquer custo, o monopólio da terra. No caso

---

<sup>15</sup> Conforme redação original da PEC 438/2001: “Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas à reforma agrária, com o assentamento prioritário aos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.”

<sup>16</sup> Conforme redação original da PEC 215/2000: “Art. 1º Acrescente-se ao art. 49 um inciso após o inciso XV, renumerando-se os demais. Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: XVIII – aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas.” (Proposta de Emenda à Constituição n.º 215, de 2000. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19ABR2000.pdf#page=69>.

da PEC 438/2001, a garantia de manutenção da propriedade privada mesmo violando leis trabalhistas e, no caso da PEC 215/2000, o poder de definir a política de reservas indígenas, facilitando assim os processos de ocupação de novas áreas consoante as demandas por terra advindas da expansão do agronegócio.

Nesse sentido, ainda que a questão agrária tenha ganhado novos contornos e não obstante o aprimoramento dos mecanismos por meio dos quais o patronato rural brasileiro exerce seu domínio, as práticas encetadas continuam sendo tipificadas pelo apelo à violência, pelo imperativo do conservadorismo e do autoritarismo. Tais práticas, por seu turno, são escamoteadas por um discurso político que atribui ao agronegócio os seguintes sinônimos: “avançado”, “moderno”, “fonte de riqueza”, o que “sustenta a nação”. Exatamente por isso o termo *agronegócio* é fundamentalmente político, palavra política conforme Regina Bruno (2009). É no propósito de sua expansão que comunidades indígenas e povos tradicionais têm sido vitimados por processos de expulsão de suas terras e um enorme contingente de trabalhadores têm sido submetidos ao trabalho análogo à escravidão (XAVIER, 2013). Conforme a economista Maria da Conceição Tavares, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* no dia 5 de maio de 1996:

“A terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários ‘tradicionais’, que se verificam com maior intensidade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Assim a ‘questão’ agrária foi sendo empurrada pela ‘modernidade’ e pouco se modificando a estruturação das relações sociais e de poder nos níveis regional e local, continuando de cunho claramente autoritário e socialmente predatório.”

No tocante à PEC 438/2001, esta foi aprovada em segundo turno na Câmara dos Deputados no dia 22 de maio de 2012 e no Senado Federal no dia 27 de maio de 2014, portanto somente 15 anos após sua proposição, em 18 de junho de 1999. O resultado da votação da PEC 438/2001 na Câmara dos Deputados foi o seguinte: 360 votos favoráveis, 29 contrários e 25 abstenções. Dos 29 deputados que votaram contra a PEC, 26 pertencem à Bancada Ruralista. Após sua aprovação, a PEC deverá ser regulamentada; no entanto, a Bancada Ruralista tem se articulado para impedir que a punição aos empregadores de trabalho análogo à escravidão seja realizada com base em relatório do fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, mas apenas processo transitado e julgado no âmbito da Justiça.

Conforme é alegado por parlamentares, dentre eles Ronaldo Caiado, a definição de trabalho análogo à escravidão pelo fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego seria subjetiva, o que daria margem para injustiças. Trechos de pronunciamento realizado por Ronaldo Caiado, na Câmara dos Deputados, no dia 27 de maio de 2014, elucidam essa postura:

“Também foi feito um acordo para que a caracterização do trabalho escravo não seja feita pelo fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, que, de maneira subjetiva, ideológica, partidária, tinha prerrogativas para dizer quem estava praticando trabalho escravo e, ao mesmo tempo, incluir o cidadão numa lista negra do País<sup>17</sup> e propor a expropriação da sua fazenda. O Senado Federal recuperou o acordo e deu a todo cidadão brasileiro aquilo que a Constituição brasileira já garante: o chamado ‘transitado em julgado’. Ou seja, regulamenta, aí sim, para o cidadão que é denunciado, o direito de recorrer à Justiça.”

Um primeiro ponto é o uso do termo caracterização, como se tais condições de trabalho não fossem resultantes de uma constatação, mas de um julgamento segundo as convicções ideológicas e partidárias dos fiscais. Reside, aqui, a tarefa de construção de um outro “eles”, constituído por servidores públicos que não agiriam conforme os preceitos da lei, mas por razões eminentemente pessoais e em oposição aos proprietários de terras, cidadãos que por injustiça e/ou incompetência desses servidores teriam seus nomes incluídos numa lista negra e suas fazendas expropriadas. Um segundo ponto diz respeito à própria legitimidade desse julgamento, ou seja, estaria apto a fazê-lo apenas aqueles que integram o Poder Judiciário.

Para além do conjunto de conhecimentos do sujeito, está em questão aqui o *locus* de enunciação daquele que interpreta e realiza o julgamento, ou seja, mais que os atributos do agente, a questão institucional, o aparelho judiciário neste caso, é um aspecto fundamental no que tange às relações de poder. “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2008, p. 108). Os postulados foucaultianos acerca das

---

<sup>17</sup> Caiado se refere à lista suja do Ministério do Trabalho e Emprego, na qual constam os nomes daqueles que fazem uso do trabalho análogo à escravidão, muitos deles reincidentes nestas práticas.

relações de poder e o lugar ocupado pelo sujeito implicam considerar as redes de sociabilidade e de poder de que fala Elias (2011).

Assim, não basta afirmar que há uma relação entre capital e aparelho jurídico e que por meio deste é assegurado o poder econômico das classes sociais dominantes. Cumpre considerar a tessitura das relações de poder, as quais são ancoradas em um conjunto de valores e práticas sociais, de tal sorte que a compreensão sociológica da propriedade da terra no Brasil passa diretamente pela compreensão do poder político que esta representa e o prestígio social que confere aos seus detentores, pois que: “Além disso, a propriedade da terra é fonte não desprezível de poder político, seja o poder do mando, aristocrático e patriarcal; seja o poder ‘moderno’ da representação, do *lobby*. O poder de nominar e construir a realidade”, conforme Bruno (2009, p.214).

No tocante ao debate em torno da PEC 215/2000 e dos recentes episódios de conflitos entre comunidades indígenas e latifundiários ávidos por mais terras, o poder que emana da propriedade fundiária e a violência como demarcador das classes dominantes no campo se apresentam ainda mais nítidos. Nos moldes dos famigerados leilões realizados pela UDR nos anos 1980, o Leilão da Resistência<sup>18</sup>, realizado por pecuaristas do Mato Grosso do Sul no dia 7 de dezembro de 2013, descortina essa inferência. Segundo foi noticiado, o leilão teve como objetivo a arrecadação de fundos para o financiamento de segurança armada nas fazendas, uma vez que estas estariam sendo ameaçadas por índios da região. Vários políticos estiveram presentes nesse leilão, inclusive Ronaldo Caiado. “Não se trata de um ato individual e esporádico, é uma violência ritualizada e institucionalizada, que implica a formação de milícias, a contratação de capangas e a lista dos marcados para morrer e os massacres” (BRUNO, 2003, p. 285-286).

Conforme foi noticiado, com o leilão foram arrecadados mais de 600 mil reais, sendo leiloadas 674 cabeças de gado e mais de três mil sacas de cereais<sup>19</sup>. Mais que a arrecadação de fundos, é preciso atentar para a importância desse leilão no que concerne à rede de poder e

---

<sup>18</sup> Esse leilão é uma das iniciativas do chamado “Movimento da Resistência”, o qual pretende mobilizar produtores rurais do Mato Grosso do Sul, bem como parlamentares e representantes do setor contra as “invasões” de terras por parte das populações indígenas. Ver: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/em-ms-katia-abreu-diz-que-leilao-da-resistencia-nao-vai-financiar-milicia.html>.

<sup>19</sup> Ver: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/leilao-da-resistencia-arrecada-r-6405-mil-em-mato-grosso-do-sul.html>.

de sociabilidade das elites agrárias. Ao tratar dos leilões organizados pela UDR, Mendonça (2010, p. 63) diz que: “Os leilões, mais do que fonte de arrecadação de recursos, prestavam-se a atrair simpatizantes, conquistar novos sócios e reforçar os vínculos de convivência e identidade do grupo, difundido seu ideário e objetivos”. Nesse particular, a realização do Leilão da Resistência foi apropriada em pronunciamento de Ronaldo Caiado, realizado no dia 10 de dezembro de 2013, a fim de enaltecer os chamados “produtores rurais” do país e demarcar acirrada oposição ao governo e à política de demarcação de áreas indígenas sob responsabilidade da Funai.

“O tempo foi prorrogado por mais de três meses, e centenas de invasões foram praticadas pelos índios em todas as propriedades rurais daquela região. Os produtores rurais vieram a Brasília várias vezes, e nenhuma solução foi dada. Propor uma PEC é iniciativa do Congresso Nacional, é ferramenta nossa, para podermos alterar aquilo que estamos vendo e que é inaceitável que continue: uma Funai em que há um antropólogo de plantão contratado, que resolve, por determinação do Cimi, ampliar as áreas indígenas, desrespeitando toda a legislação existente e todos os documentos que mantêm aquele cidadão na posse há mais de 150 anos. É contra isso que essa PEC se propõe discutir. Segundo ponto: ele fala do leilão e da resistência democrática que aconteceu na cidade de Campo Grande. Sabem por quê? Porque nós, produtores rurais, não temos o hábito, Deputado Ivan Valente, de pegar dinheiro principalmente dos funcionários e servidores da Previdência e da área da saúde para gastar em nome do Partido. Nós fazemos um leilão à luz do dia, em que todos sabem quem são os doadores e quem são os compradores. A sociedade toda sabe quem são eles. Não é caixa dois de ONG, nem de governos e de outros países que querem se intrometer em assuntos que são próprios nossos. A nós, cabe resolvê-los. O que solicito do PSOL é que tenha respeito com a classe produtora rural, que lave a boca antes de falar de produtor rural neste País, pois é quem sustenta esta Nação, é quem dá orgulho a este País de ser superavitário, é quem absorve a mão de obra nesta Nação, é quem pode dar a este País uma referência internacional como um dos maiores produtores de grãos hoje do mundo. O que o PSOL deseja é transformar o Brasil numa Venezuela dois, onde há crise de abastecimento, onde a demagogia suplanta a seriedade, o trabalho e a produtividade.

Os produtores rurais já não suportam mais esse preconceito por parte do Governo, que quer sempre elegê-los como responsáveis pelos problemas existentes.”

Com base no discurso acima é possível observar que a violência é sempre justificada quando se está em questão o monopólio da terra. Os conflitos no Mato Grosso do Sul e em várias regiões de norte a sul do país, amiúde, recuperam essa prática que está no âmago das elites agrárias, que é, portanto, uma prática de classe (BRUNO, 2003). Com a vertiginosa expansão da pecuária e das monoculturas nas últimas décadas sobre novas parcelas do território brasileiro, ocupando áreas antes destinadas a outros cultivos e promovendo a espoliação de pequenos produtores rurais, bem como ameaçando áreas ocupadas por populações tradicionais e comunidades indígenas, tem ocorrido o recrudesimento da violência no campo. Assim, voltam à baila velhas práticas, seja com o fito de manter o poder e o patrimônio, seja a fim de garantir o aumento da riqueza via acumulação de novas terras. Nas palavras de Bruno (2002, p. 295):

“É como se eles, ao se perceberem ameaçados, sentissem a necessidade de lançar mão de todos os recursos possíveis, passados ou presentes, anacrônicos ou não, com o objetivo de marcar velhas posições e fincar novas fronteiras, de garantir antigos privilégios e impor novos, de manter os espaços de poder e conquistar novos.”

Por outro lado, um aspecto candente no discurso do parlamentar em favor da aprovação da PEC 215/2000 consiste na crítica aos procedimentos de demarcação das terras indígenas, especialmente ao trabalho desempenhado pelos antropólogos. Com efeito, as estratégias de enfrentamento encetadas pelas elites agrárias e seus representantes se alteram conforme os contextos sociais e as circunstâncias históricas. Ora o enfrentamento se estabelece por meio do confronto direto, pela violência física que se abate sobre trabalhadores rurais, populações indígenas e tradicionais, ora o enfrentamento se dá via poder político, buscando a alteração e/ou criação de leis que mantenham e/ou garantam ainda mais benefícios e privilégios às elites agrárias. Ao contrário daquele, este se pauta em estratégias sutis e cuidadosamente elaboradas, como a de desconstrução da legitimidade do antropólogo na análise e deliberação da demarcação de terras indígenas.

Reside, nessa estratégia, o mesmo desiderato daquela que diz respeito à definição dos casos de trabalho análogo à escravidão. Se os

fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego não estão aptos a fazê-lo, uma vez que ideologicamente orientandos, também não estariam os antropólogos da Funai em se tratando da demarcação das terras indígenas. O primeiro caso caberia ao Poder Judiciário e o segundo, ao próprio Congresso Nacional. Eis que os discursos não passam de estratégias poder-saber, isto é, a legitimação de uma série de conhecimentos<sup>20</sup> e as instituições que os encobrem passa pela fragilização de saberes outros, seus agentes e seus lugares de fala (FOUCAULT, 2012). Daí a crítica contundente de Ronaldo Caiado ao governo, seus ministérios e demais instituições públicas.

Finalmente, ao recorrer à vitimização, dizendo que os “produtores rurais” já não suportam o preconceito por parte do governo, Ronaldo Caiado enaltece o que ele chama de “classe produtora rural”, a qual segundo ele “dá orgulho a este país” e “absorve a mão de obra nesta nação”. Aos críticos, o parlamentar qualifica de demagogos; aos produtores rurais dirige os mais profundos encômios, uma vez que sinônimo da “seriedade”, da “produtividade” e do “trabalho”. Depreciar “eles” e superestimar “nós” é um recurso fundamental para posicionar os “produtores rurais” como aqueles que teriam plena e absoluta legitimidade para criticar o governo e os movimentos sociais e, claro, debater e decidir os rumos da nação.

### **À guisa de conclusão**

Às vésperas de completar trinta anos da Nova República, o campo brasileiro ainda é palco de inúmeros massacres de trabalhadores rurais, populações indígenas e tradicionais, de norte a sul, de leste a oeste do país. Com a redemocratização política não se viu, no meio rural, conquistados direitos sociais elementares, dentre eles, o direito à terra, ao cumprimento de sua função social. Em que pese as tentativas de implantação de uma política de reforma agrária, as elites agrárias nacionais não mediram esforços no sentido de manter a estrutura fundiária praticamente inalterada. Para tanto, valeram-se das práticas mais ignóbeis, promovendo toda sorte de atrocidades a fim de não apenas impedirem a partilha das terras improdutivas, mas também de terem aumentados seus quinhões a qualquer custo.

---

<sup>20</sup> A própria produção científica, seus paradigmas, modelos e abordagens são instituídos e validados segundo critérios que interessam a determinados grupos sociais. Sobre a ciência e as classes sociais, Medeiros (1992, p. 38) aduz que: “Há uma luta por uma imposição de uma visão de mundo legítima, em que a própria ciência está envolvida, onde os agentes têm poder em função de seu capital. Isso é essencial no fazer das classes”.

Foi nesse contexto de redemocratização e de forte oposição dos proprietários de terras à reforma agrária que emergiu a figura de Ronaldo Caiado. Este tornara-se uma espécie de síntese de parcela das elites agrárias nacionais, reunindo traços que, a despeito das modificações operadas pelo tempo, se mantêm bem delineados. Caiado se constituiria não apenas um parlamentar representante dos interesses dessa elite, mas um líder de um projeto de classe, qual seja, a manutenção de uma estrutura fundiária altamente concentrada. O apelo ao direito à propriedade privada é, nesse particular, a máxima de classe. Aliado a isso, a violência, o conservadorismo e o autoritarismo, que foram retratados por Bruno (1997) no calor dos acontecimentos quando da ofensiva encetada pela UDR após a segunda metade da década de 1980, se mantêm indelévels, talvez um pouco mais escamoteados, mas sempre acionados quando necessário.

Compreender a manutenção desse traço de classe foi o objetivo deste breve texto. Tal propósito passou pelo deslindamento das redes de sociabilidade e de poder de Ronaldo Caiado, revelando a amplitude e complexidade dessa rede. Tamanha representatividade e inserção nos meandros do poder dificilmente dar-se-iam sem uma arraigada teia de influência e de interlocução. Além de proprietário de terras, Caiado é médico e proveniente de uma tradicional família goiana, elementos fundamentais na construção de sua identidade enquanto político e importante nome da Bancada Ruralista. A Bancada, nesse sentido, não simboliza e atua somente em temas atinentes às demandas dos ruralistas, mas constitui-se a partir de interesses difusos que possuem em comum determinada visão de mundo, que compartilha, portanto, certos valores. As redes de sociabilidade e de poder permitem descortinar esse aspecto conformador da Bancada Ruralista. Sumariamente pode-se dizer que o conservadorismo é a marca principal de seus integrantes ou pelo menos seria a liga que os une, independentemente do partido, do credo e da atuação profissional.

Nesse sentido, Ronaldo Caiado é uma forte expressão da Bancada, seja pela atuação nas comissões parlamentares (especialmente a Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural), seja pela própria identidade social e política, uma vez que foi condecorado diversas vezes por corporações militares, bem como pela maçonaria e por entidades de classe ligadas ao setor rural. Compreender suas redes de sociabilidade e de poder foi fundamental para o segundo ponto das reflexões: a problematização de seus pronunciamentos. Restou claro que as estratégias discursivas



utilizadas pelo parlamentar, entre os anos de 2009 e 2014, recuperam, amiúde, a violência, o conservadorismo e o autoritarismo enquanto traços das elites agrárias brasileiras. Ao criticar o MST, Caiado vale-se de adjetivos que instituem verdadeiros anátemas, tomando os trabalhadores rurais sem terra por baderneiros, terroristas, criminosos. A classe, nesse sentido, não se configura apenas por sua prática, mas também por suas ideias, suas convicções, suas posições, sua linguagem, os costumes e os valores que são compartilhados.

Com efeito, o discurso de Ronaldo Caiado manifesta a violência que subjaz seu modo de agir e de pensar, não como indivíduo isolado, mas como um indivíduo que pertence a um “nós”, a partir do qual elabora seus referenciais, enceta seus discursos e demarca suas posições. A esse “nós”, a quem ele chama de “produtores rurais”, Caiado confronta os sem-terra. Regina Bruno chamara a atenção para ambas as questões: a estratégia discursiva “nós, produtores rurais e empresários rurais” (BRUNO, 1997, p. 5) a fim de aglutinar os ruralistas em torno de uma causa, qual seja, a defesa do monopólio da terra e a emergência da UDR como “os sem-terra dos patrões” (BRUNO, 1997, p. 43), uma entidade mobilizada a fim de defender, com todas as forças e energias, os interesses dos proprietários de terras.

A análise dos pronunciamentos de Ronaldo Caiado, embora tendo sido poucos em termos quantitativos (18 pronunciamentos), em termos qualitativos são emblemáticos pelas estratégias a que recorre para demarcar a defesa dos interesses e engendrar as críticas aos trabalhadores rurais sem-terra, populações indígenas e governo. Os discursos são eivados de maniqueísmos, sempre enaltecendo os “produtores rurais”, os quais “sustentam a nação”, são “modernos” e possuem “vocação” para as atividades rurais. A estes é reivindicado sempre mais poder, como a regulamentação da PEC 438/2001 e a proposição da PEC 215/2000, tendo em vista a manutenção e ampliação dos privilégios. Em muito os discursos de Ronaldo Caiado evocam os tempos da UDR, mormente nos últimos anos em que os conflitos territoriais têm sido acirrados com a expansão das monoculturas e da pecuária na chamada nova fronteira agrícola do país.

A defesa implacável da propriedade da terra, a realização de um leilão para a arrecadação de fundos com o objetivo de contratar segurança armada para as fazendas, o total rechaço ao MST, o desrespeito aos territórios indígenas e de outras populações, dentre outras questões que ficam claras nos pronunciamentos de Caiado, permitem afirmar que a violência, o conservadorismo e o autoritarismo não apenas permanecem enquanto traço das classes dominantes do campo, como

tem emergido ainda mais fortemente com as tensões decorrentes da expansão do agronegócio nas duas últimas décadas.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.
- BRUNO, Regina. Redes de sociabilidade, redes de poder: sobre os deputados federais da Bancada Ruralista no Congresso Nacional (Legislatura 2007-2011). In: Regina Bruno et. al. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- \_\_\_\_\_. Agronegócio, palavra política. In: Regina Bruno et. al. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- \_\_\_\_\_. O *ethos* da propriedade da terra no Brasil. In: Regina Bruno et. al. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- \_\_\_\_\_. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 284-310, jul./dez., 2003.
- \_\_\_\_\_. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA*. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/356.asp](http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/356.asp)>. Acesso: 15 nov. de 2014.
- \_\_\_\_\_. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Proposta de Emenda à Constituição n.º 215, de 2000*. Diário da Câmara dos Deputados. p. 69-78. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19ABR2000.pdf#page=69>>. Acesso: 14 nov. de 2014.
- \_\_\_\_\_. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=74813](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74813)>. Acesso: 21 out. de 2014.
- \_\_\_\_\_. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/comissoes>>. Acesso: 23 out. de 2014.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Escritos e ensaios 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GLOBO. Em MS, Katia Abreu diz que “Leilão da Resistência” não vai financiar milícia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/em-ms-katia-abreu-diz-que-leilao-da-resistencia-nao-vai-financiar-milicia.html>>. Acesso: 24 nov. de 2014.
- \_\_\_\_\_. “Leilão da Resistência” arrecada R\$ 640,5 mil em Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/leilao-da-resistencia-arrecada-r-6405-mil-em-mato-grosso-do-sul.html>>. Acesso: 24 nov. de 2014.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- \_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre o conceito de classe social. *Texto de exame de qualificação*. Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, 1992 (mimeo).
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*. João Pedro Stedile(org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- TAVARES, Maria da Conceição. *A questão agrária e as relações de poder no país*. Folha de São Paulo. 5/5/1996. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo44.htm>>. Acesso: 23 nov. de 2014.
- XAVIER, Glauber Lopes. Violência e Escravidão Contemporânea nos Canaviais Goianos. *Revista IDEAS (online)*, v. 7, p. 67-105, 2013.

XAVIER, Glauber Lopes. “Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014). *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2015, vol. 23, n. 1, p. 131-165, ISSN 1413-0580.

**Resumo:** (“Senhores da Lei, Donos da Terra”:o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014)). Objetivou-se apreender a permanência da violência, do conservadorismo e do autoritarismo como

traços das classes dominantes do campo a partir da análise das redes de sociabilidade e de poder do deputado federal Ronaldo Caiado, bem como da problematização de pronunciamentos realizados pelo parlamentar entre os anos de 2009 e 2014. Com isto foi possível compreender os pilares sob os quais são elaboradas as estratégias discursivas de Ronaldo Caiado, seja no tocante ao enfrentamento ao MST, seja no tratamento de temas que configuram a questão agrária brasileira recente, como a aprovação/regulamentação da PEC 438/2001 e a proposição/tramitação da PEC 215/2000.

**Palavras-chave:** patronato rural, poder político, Ronaldo Caiado, questão agrária.

**Abstract:** (*"Lords of Law, Landowners": beacon of the ruralist block in the Brazilian Chamber of Deputies (2009-2014)*). This study aimed to understand the permanence of violence, conservatism and authoritarianism as traits of the rural ruling classes based on an analysis of networks of sociability and power of federal deputy Ronaldo Caiado, as well as an evaluation of statements made by the parliamentarian between the years 2009 and 2014. With this it became possible to understand the pillars upon which the discursive strategies of Ronaldo Caiado rest, whether in confronting the MST (Landless Workers' Movement), or to address matters that shape the recent Brazilian agrarian question, such as the approval/regulation of the PEC (Constitutional Amendment Proposal) 438/2001 and the proposition/proceedings of the PEC 215/2000.

**Key words:** rural landowners, political power, Ronaldo Caiado, agrarian question.

Recebido em dezembro de 2014.

Aceito em abril de 2015.